

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.018 - PR (2018/0303781-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -
PE016983
LEONARDO LEAL BEZERRA CAVALCANTI - PE025815
EMBARGADO : ANA FRANCISCA DE MEDEIROS
EMBARGADO : ARLINDO LOURENCINE
EMBARGADO : EDINALVA CERQUEIRA DOS SANTOS DE SOUZA
EMBARGADO : ELZA SANTOS DA SILVA
EMBARGADO : JULIA KIMIKO FUKUDA
EMBARGADO : LESSIO MESSIAS
EMBARGADO : LUIZ ALVES DA SILVA
EMBARGADO : MARIA ZELIA GOMES DA SILVA
EMBARGADO : MONICA CARMONA DINIZ
EMBARGADO : ROBSON NUNES DE CARVALHO
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
WARLYANE GOMES SOUZA - PA018118

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por CAIXA SEGURADORA S/A, contra decisão de fls. 2.140-2.148, da lavra dessa relatoria, que deu provimento ao recurso especial de Ana Francisca de Medeiros e Outros, determinando o retorno dos autos à origem para que o Tribunal local analise o prazo prescricional com base na jurisprudência do STJ.

Em suas razões, a parte embargante sustenta, em síntese, omissão no tocante à prescrição, matéria "*que está gerando suspensão em virtude dos RESps. 1.803.225/PR e 1.803.229/PR*".

Impugnação apresentada às fls. 2.158-2.163, pela manutenção da decisão embargada.

É o relatório.

Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de erro material, obscuridade, contradição ou omissão no julgado (CPC/2015, art. 1.022), de modo que é inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente

fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

In casu, inexistente a omissão apontada nos declaratórios, porquanto a decisão monocrática decidiu, de forma fundamentada e coerente, pela aplicação da jurisprudência pacífica desta Corte sobre a matéria.

Eis os fundamentos apresentados no aresto embargado, no que interessa:

Trata-se de recurso especial interposto por ANA FRANCISCA DE MEDEIROS e OUTROS, com fundamento nas alíneas a e c do permissivo constitucional, contra acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. SENTENÇA QUE JULGOU OS PEDIDOS INICIAIS PARCIALMENTE PROCEDENTES.

1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE.

2. COMPETÊNCIA MATERIAL. PEDIDO DE REMESSA DOS AUTOS PARA A JUSTIÇA FEDERAL NÃO ACOLHIMENTO. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. RESTRIÇÃO AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 02.12.1988 E 29.12.2009. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NOS EDcl. NOS EDcl. NO REsp. ¹ 1.091.363/SC, JULGADO EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. CONTRATOS FIRMADOS ANTES DE DEZ/1988. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

3. PRESCRIÇÃO. PRAZO DE UM ANO. ARTIGO 206, § 10, II, DO CC/2002. TERMO INICIAL. DATA DA QUITAÇÃO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA EM RELAÇÃO AOS AUTORES: ANA FRANCISCA DE MEDEIROS, ARLINDO LOURENCINE, EDNALVA CERQUEIRA DOS SANTOS SOUZA e JÚLIA KIMIKO FUKUDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO (EM RELAÇÃO AOS REFERIDOS AUTORES). ARTIGO 487, II, DO CPC/15.

4. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. POSSIBILIDADE, EM TESE, DE RESPONSABILIZAÇÃO DA SEGURADORA. PECULIARIDADE DO CASO CONCRETO. COMPROVAÇÃO DE QUE NÃO HÁ

CONCRETO. COMPROVAÇÃO DE QUE NÃO HÁ RISCO IMINENTE DE DESMORONAMENTO TOTAL OU PARCIAL DO IMÓVEL PERICIADO (EM RELAÇÃO À AUTORA ELZA SANTOS DA SILVA). RESSARCIMENTO INDEVIDO.

5. ÔNUS SUCUMBENCIAIS REDISTRIBUÍDOS.

6. RECURSO DE APELAÇÃO N. 02 CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DE APELAÇÃO N. 01 PREJUDICADO.

Nas razões do especial, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 206, § 1º, II, "b" do Código Civil de 2002 e 51, I, IV, XIII e § 1º, II, do CDC. Sustenta, em síntese:

- i) "o termo inicial do prazo prescricional se dá com a comunicação ao segurado da negativa de cobertura por parte da Seguradora, e não da ocorrência do sinistro ou da entrega do imóvel, tão pouco da quitação do imóvel";*
- ii) a existência de cobertura securitária e o direito à indenização, tendo em vista que a apólice cobre os danos decorrentes de vícios de construção.*

Reitera o pedido de justiça gratuita.

Contrarrazões apresentadas às fls. 2.105-2.123 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

[...]

No tocante à prescrição, de um lado, a linha da atual orientação jurisprudencial desta Corte é no sentido de que se aplica o prazo prescricional anual às ações ajuizadas por segurado/mutuário em desfavor de seguradora, visando à cobertura de sinistro referente a contrato de mútuo celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA POR VÍCIOS CONSTRUTIVOS - SEGURO HABITACIONAL - PRAZO PRESCRICIONAL ANUAL - PRECEDENTES DO STJ. INCONFORMISMO DA SEGURADA.

1. Acórdãos oriundos da mesma turma que apreciou o julgado embargado não são aptos a demonstrarem o dissídio jurisprudencial que enseja a admissão dos embargos de divergência.

2. Aplica-se às ações ajuizadas por segurado/beneficiário em desfavor de seguradora, visando à cobertura de sinistro referente a contrato de mútuo celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, o

prazo prescricional anual, nos termos do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916.

3. Embargos de divergência parcialmente conhecidos e, nessa parte, desprovidos.

(REsp 1.272.518/SP. Relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe 30/6/2015)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL ADJETO A CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL (SFH). PRESCRIÇÃO ÂNUA. APLICAÇÃO DO ART. 206, § 1º, II, b", DO CC.

1. Em harmonia com o princípio da unirrecorribilidade recursal, observada a prévia interposição de recurso contra a decisão recorrida, constata-se a preclusão consumativa em relação aos embargos interpostos posteriormente.

2. Aplica-se a prescrição anual do art. 206, § 1º, II, "b", do CC/02 para a ação proposta pelo mutuário/segurado para recebimento da indenização do seguro adjeto a contrato de mútuo habitacional (SFH).

3. O termo inicial da prescrição conta-se da data da ciência inequívoca da incapacidade do segurado (Súmula 278 do STJ).

4. Agravo interno de fls. 512/535 não conhecido.

5. Agravo interno de fls. 488/511 provido.

(AgInt no REsp 1420961/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 30/05/2017)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. PRESCRIÇÃO ANUAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO. IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 1021, § 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ.

1. Não se conhece de agravo interno que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do art. 1021, § 1º, do CPC/2015). Aplicação da Súmula 182/STJ.

2. "Aplica-se às ações ajuizadas por segurado/beneficiário em desfavor de seguradora, visando à cobertura de sinistro referente a contrato de mútuo celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, o prazo prescricional anual, nos termos do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916" (REsp 1272518/SP, Rel.

Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/6/2015, DJe 30/6/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 209.662/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 18/04/2017)

RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SFH. PRESCRIÇÃO ANUAL. ART. 178, § 6º DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. INAPLICABILIDADE DO ART. 27 DO CDC.

1. Aplica-se o prazo de prescrição anual do art. 178, § 6º, II do Código Civil de 1916 às ações do segurado/mutuário contra a seguradora, buscando a cobertura de sinistro relacionado a contrato de mútuo habitacional celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

2. Não incidência da regra do art. 27 do CDC, porquanto restrito às hipóteses de fato do produto ou do serviço. Ressalva de fundamentação de voto vogal no sentido de que tal dispositivo se aplicaria quando buscada cobertura securitária por vício de construção, do que não se cogita no caso em exame.

3. Hipótese em que a ação foi ajuizada quando decorrido mais de um ano da negativa de cobertura por sinistro de invalidez.

4. Recurso especial provido.

(REsp 871983/RS, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 25/04/2012, DJe 21/05/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. PRESCRIÇÃO ANUAL. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. 1. Aplica-se o prazo prescricional anual (art. 178, § 6º, II, do CC de 1916) às ações ajuizadas por segurado/mutuário em desfavor de seguradora, visando à cobertura de sinistro referente a contrato de mútuo celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Súmula n. 83/STJ. 2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Resp n. 1.287.043/RS. Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe 12/12/2014)

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. SEGURO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INVALIDEZ DO MUTUÁRIO. PRESCRIÇÃO ANUAL. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. É firme o entendimento desta Corte de que se aplica o prazo de prescrição anual do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916, às ações do segurado/mutuário contra a seguradora, buscando a cobertura de sinistro relacionado a contrato de mútuo habitacional celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

2. O Tribunal de origem, ao concluir pela prescrição anual da ação de cobrança securitária, está em consonância com a orientação do STJ. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 123.250/MG, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 27/8/2013)

De outro lado, o Superior Tribunal de Justiça consagra o entendimento de que os danos decorrentes de vício da construção se protraem no tempo e, por isso, não permitem a fixação de um marco temporal certo, a partir do qual se possa contar, com segurança, o termo inicial do prazo prescricional para a ação indenizatória correspondente a ser intentada contra a seguradora. Dessa forma, considera-se irrompida a pretensão do beneficiário do seguro apenas no momento em que, comunicado o fato à seguradora, esta se recusa a indenizar.

A propósito:

PROCESSO CIVIL E CIVIL. PEDIDO. INTERPRETAÇÃO. LIMITES. SEGURO HABITACIONAL. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. DIES A QUO. TERCEIRO BENEFICIÁRIO.

1. Não há julgamento extra petita se o Tribunal decide questão que é reflexo do pedido contido na petição inicial. *Precedentes.*

2. O pedido deve ser extraído da interpretação lógico-sistemática da petição inicial, a partir da análise de todo o seu conteúdo. *Precedentes.*

3. Sendo os danos ao imóvel de natureza sucessiva e gradual, sua progressão dá azo a inúmeros sinistros sujeitos à cobertura securitária, renovando seguidamente a pretensão do beneficiário do seguro e, por conseguinte, o marco inicial do prazo prescricional.

Em situações como esta, considera-se irrompida a pretensão do beneficiário do seguro no momento em que,

comunicado o fato à seguradora, esta se recusa a indenizar.

4. Reconhecendo o acórdão recorrido que o dano foi contínuo, sem possibilidade de definir data para a sua ocorrência e possível conhecimento de sua extensão pelo segurado, não há como revisar o julgado na via especial, para escolher o dia inicial do prazo prescricional. Precedentes.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1143962/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 09/04/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO AFASTADA. CARÊNCIA DE AÇÃO EM VIRTUDE DA QUITAÇÃO E DO TÉRMINO DO CONTRATO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente, no tocante à alegação de prescrição da pretensão autoral, é importante esclarecer que, na linha dos julgados desta Corte, os danos decorrentes de vício da construção se protraem no tempo e, por isso, não permitem a fixação de marco temporal certo, a partir do qual se possa contar, com segurança, o termo inicial do prazo prescricional para a ação indenizatória correspondente a ser intentada contra a seguradora. Logo, deve ser afastada a prejudicial de prescrição.

2. Quanto ao argumento de carência de ação em virtude da quitação e do término do contrato de financiamento, verifica-se que o acórdão recorrido apreciou a matéria em questão com fulcro no instrumento contratual firmado entre as partes e nos elementos fático-probatórios constantes dos autos. Dessa forma, nos termos da jurisprudência desta Corte, dissentir do entendimento cristalizado no âmbito da instância originária se revela, na hipótese dos autos, inviável, haja vista o teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1297557/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 02/03/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.

SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. MÚTUO HABITACIONAL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA LIDE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. AUSÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. MULTA DECENDIAL E ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA 284 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. O entendimento deste

Tribunal, acerca do termo inicial da prescrição é de que a progressão dos danos no imóvel, de natureza sucessiva e gradual, dá azo a inúmeros sinistros que renovam seguidamente a pretensão do beneficiário do seguro.

2. Não é possível acolher a tese de interesse da CEF na causa, em virtude da utilização do FCVS, com a respectiva declinação da competência para a justiça federal, em virtude da ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do STJ.

3. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que a seguradora tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que cinge contrato de seguro habitacional, regido pelas regras do Sistema Financeiro de Habitação.

4. A alegação de ausência de cobertura securitária quanto aos vícios de construção demandaria o reexame do acervo fático-probatório e interpretação de cláusulas contratuais. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

5. O não atendimento quanto à indicação do dispositivo legal contrariado, ou que se lhe tenha sido negado vigência, devidamente acompanhado da argumentação jurídica pertinente, pela parte recorrente, a fim de demonstrar o acerto de sua tese, configura fundamentação deficiente e não permite a compreensão da exata controvérsia a ser dirimida. Incidência da Súmula 284 do STF.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1674404/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 09/10/2017)

Dito isso, na espécie, o Tribunal de origem concluiu pela caracterização da prescrição autoral ao entendimento de que o termo inicial da contagem do prazo se deu a partir da resolução do

contrato de financiamento. A propósito, confira-se o excerto abaixo transcrito (fls. 1.864-1.865):

Estando vigente o contrato de mútuo habitacional, o início do prazo prescricional se dá com a ciência do mutuário/segurado acerca da existência de dano coberto, ainda que de caráter progressivo.

Na hipótese de pedido administrativo de indenização, o prazo prescricional se conta da data em que ele teve ciência da negativa da seguradora em indenizar.

Por outro lado, encerrado o contrato de mútuo, extingue-se também o contrato de seguro, iniciando-se daí o prazo prescricional anual para que o segurado reclame a indenização securitária.

[...]

In casu, verifica-se que a presente ação foi ajuizada em 09/05/2006 (fl. 06).

Conforme a tabela abaixo, considerando a informação prestada pela COHAB (fls. 562/563), os contratos de financiamento dos autores foram liquidados nas datas dispostas na penúltima coluna, tendo o prazo prescricional expirado nas datas mencionadas na última coluna:

<i>Autor</i>	<i>Data liquidação</i>	<i>Prescrição</i>
<i>Ana Francisca de Medeiros</i>	<i>21/09/2000</i>	<i>21/09/2001</i>
<i>Arlindo Lourencine</i>	<i>24/10/2000</i>	<i>24/10/2001</i>
<i>Edinalva Cerqueira dos Santos Souza</i>	<i>05/03/2003</i>	<i>05/03/2004</i>
<i>Elza Santos da Silva</i>	<i>06/09/2005</i>	<i>06/09/2006</i>
<i>Júlia Kimiko Fukuda</i>	<i>26/04/1991</i>	<i>26/04/1992</i>

*Portanto, ultrapassado o prazo anual estabelecido pelo Código Civil em relação a todos os contratos, não há outro caminho senão reconhecer a prescrição, extinguindo o processo, com resolução de mérito, em relação aos autores **ANA FRANCISCA DE MEDEIROS. ARLINDO LOURENCINE. EDINALVA CERQUEIRA DOS SANTOS SOUZA e IÚLIA KIMIKO FUKUDA**. nos termos do artigo 487, inciso II, do NCPC.*

*Frise-se, que fica afastada a alegação de prescrição somente em relação à autora **Elza Santos da Silva**.*

Na hipótese em exame, a Corte a quo não analisou a questão da prescrição em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Desse modo, merece ser provido o recurso especial, com o retorno dos autos ao Tribunal estadual, para que o

prazo prescricional seja lá analisado com base na jurisprudência do STJ, sobretudo porque não há elementos nos autos suficientes para que os referidos marcos temporais sejam aferidos nesta instância extraordinária.

Diante do exposto, conheço do recurso especial e lhe dou provimento, determinando o retorno dos autos à origem para que o prazo prescricional seja analisado com base na jurisprudência do STJ.

Prejudicadas as demais matérias do recurso especial, pois a possibilidade de modificação do aresto recorrido no tocante à prescrição pode alterar, no todo ou em parte, os pedidos deduzidos nas razões recursais.

Publique-se.

Como visto, não estão configurados os vícios apontados nos presentes declaratórios, o que leva ao seu não acolhimento. Há, na realidade, descontentamento da parte com o resultado do julgamento que lhe foi desfavorável.

Todavia, nos termos da jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, é indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

Nesse sentido, podem ser mencionados os seguintes julgados:

CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO ESTADUAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. ACIDENTE. CONDUÇÃO DO CONJUNTO POR PREPOSTO DA DONA DO "CAVALO-MECÂNICO". "SEMI-REBOQUE". RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DESTE INEXISTENTE.

I. Não padece de nulidade o acórdão estadual que enfrenta suficientemente as questões essenciais ao deslinde da controvérsia, apenas que trazendo entendimento contrário aos interesses da parte irresignada.

(...)

IV. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 494.372/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/03/2010, DJe de 29/03/2010)

IPVA. NÃO CONFIGURADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CREDOR

FIDUCIÁRIO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO DISTRITAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO DISTRITO FEDERAL. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1026 DO CPC/2015.

1. Inicialmente, em relação aos arts. 141 e 1022 do CPC, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente. Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

(...)

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.671.609/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe de 30/06/2017)

Por fim, no tocante ao pedido de sobrestamento deste processo, na forma do art. 982 do CPC/2015, até o julgamento definitivo dos REsp 1.803.225/PR e 1.803.229/PR, nos quais se discutem a matéria fundo tratada na hipótese vertente, ressalte-se que a suspensão pretendida abrange tão somente processos pendentes que tramitem no Estado ou na região em que instaurado o correspondente Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, não abarcando, portanto, os presentes autos, submetidos a esta Corte Superior.

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília-DF, 20 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator